008ª SESSÃO ORDINÁRIA 20FEV2019

(Texto com revisão.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Clàudio Janta solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 19 de fevereiro a 1º de março de 2019. A Mesa declara empossado o suplente, Ver. Giovane Byl, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

Vereador Mauro Pinheiro (REDE) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade do Ver. Adeli Sell.
Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Clàudio Janta, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 123/13.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Clàudio Janta, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 002/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando retirada de tramitação do PLCL nº 021/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. André Carús, solicitando o desarquivamento do PLL nº 102/02.
Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. André Carús, solicitando o desarquivamento do PLL nº 103/10.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Giovane Byl está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANE BYL (SD): Boa tarde, Srs. Vereadores, Sra. Presidente, pessoal que se faz presente hoje aqui, quem nos acompanha pela TVCâmara. Eu queria, primeiramente, expressar a minha gratidão a Deus, por mais uma vez ter esta oportunidade de assumir esta tribuna como vereador da minha amada e querida Porto Alegre. Também quero dizer que é uma honra e uma responsabilidade estar substituindo o meu amigo, meu parceiro, o Ver. Clàudio Janta. É uma responsabilidade que carrego de estar aqui assumindo como secretário estadual da juventude do Solidariedade Jovem. Gostaria de fazer um encaminhamento para a Prefeitura que seria em relação ao acolhimento das famílias que são vítimas de incêndio. Eu trabalho numa das regiões com menor IDH de Porto Alegre, venho trabalhando em vilas e regiões periféricas, e, desde 2011, quando entrei no Orçamento Participativo, tenho observado que, quando as famílias pobres enfrentam o sinistro, a tragédia de terem seu lar, seu patrimônio consumidos pelo fogo, a gente vê que essas famílias, após o incidente do incêndio, perdem tudo, sua história, seus documentos, seu patrimônio. Essas famílias se encontram numa verdadeira via sacra, porque não têm um encaminhamento certo de onde buscar apoio e estrutura. A gente vê essas famílias indo até a Assistência Social, que diz que tem que ir na Defesa Civil primeiro. Aí a família vai na Defesa Civil e lá dizem que têm que primeiro ir ao Corpo de Bombeiros para terem o laudo, a perícia do incêndio. Aí a família vai ao Corpo de Bombeiros, vai na Defesa Civil, vai na Assistência Social, vai no DEMHAB e essas famílias que perderam praticamente tudo acabam batendo cabeça atrás de uma solução. O apontamento que eu gostaria de fazer para o governo é de que se criasse um projeto de acolhimento para essas famílias, que num único lugar elas recebessem a atenção da Defesa Civil, que faz um grande trabalho aqui na cidade de Porto Alegre. E que nesse mesmo lugar também elas já recebessem uma atenção da FASC, para que elas recebam a passagem para se locomover, para encaminharem os documentos, porque é certo que sempre pedem os documentos. E também que nesse mesmo lugar elas recebam ajuda para estarem indo ao DEMHAB, para estarem encaminhando um aluguel social, uma casa de emergência. Então, o apelo que eu faço a esta Casa, o apelo que eu faço ao Município é que crie um projeto de acolhimento para as famílias que perdem tudo num incêndio, que perdem tudo num alagamento ou numa catástrofe natural.

Então, eu agradeço por poder fazer esta minha manifestação e que Deus abençoe a todos nesta tarde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.ª Mônica Leal, senhoras e senhores, antes de mais nada, eu queria cumprimentar o meu colega de bancada, meu camarada Engº Comassetto e todo o pessoal que está aqui na assistência e que vem lhe trazer um abraço pela retomada do seu mandato parlamentar; sejam todos bem-vindos.
Hoje, senhoras e senhores, pasmem, tem apenas um projeto de lei em discussão de Pauta – um! –, que, se aprovado, pode mudar a vida – e vai mudar – dos servidores e servidoras da Prefeitura de Porto Alegre e vai mexer com a vida das pessoas, dos cidadãos e das cidadãs de toda a Cidade, porque o serviço público, já precarizado, será completamente precarizado caso vingue o PLCE nº 002, que hoje, pela parte da manhã, por 8 votos a 5 votos, as lideranças partidárias optaram por, na segunda-feira, propor ao plenário a reunião conjunta das comissões, atropelando, portanto, o rito normal, que é discussão na Comissão de Constituição e Justiça e, posteriormente, com a aprovação da lei do Ver. Moisés Barboza, ir, concomitantemente, às outras comissões. Por que essa pressa? Ah, porque o projeto já foi discutido, inclusive já foi derrotado aqui no ano passado. Não é verdade, o projeto é diferente. Dizem os membros da Câmara que sustentam o governo que ele é menos rigoroso, que ele beneficia mais os servidores. Não! É, mais ou menos, como o prefeito festejou o aumento da passagem. O aumento seria maior, ficou um pouquinho menor, e o prefeito festejou. É uma incongruência. Quero dizer a todos que nos assistem, neste momento: o projeto de lei do Executivo, que leva o número 002, é prejudicial à cidade de Porto Alegre. A bancada do Partido dos Trabalhadores, como, hoje de manhã também, as bancadas do PSOL, do PDT e do PSB, votaram pela não urgência, pela não análise na segunda-feira, em reunião conjunta. Nós optamos e continuaremos a trabalhar para que esse debate seja feito no seu rito normal. A liderança do governo disse, sistematicamente, hoje pela manhã, para todo mundo ouvir,

que está aberto à discussão. Estar aberto à discussão não é só ouvir, mas, fundamentalmente, escutar. Tem uma profunda diferença semântica entre ouvir e escutar. O cara vai falando, falando, falando, entra por um ouvido e sai pelo outro. Isso é ouvir. Escutar é diferente, é se colocar no lugar do outro. Eu queria que os 36 vereadores, me incluindo aqui, se colocassem no lugar de um funcionário público que trabalha há 29 anos, na Prefeitura, fez toda uma carreira, ou daquele que entrou há pouco, mas fez concurso, conseguiu passar, e aí pode ter modificada, completamente, sua carreira. As carreiras podem ser modificadas. Nós temos aí várias tentativas de mexer em horários, é por isso que nós temos essa precariedade no serviço público de Porto Alegre.

Na Unidade Básica do Timbaúva são necessários, por baixo, três médicos. Nós passamos dias sem nenhum médico, sem nenhuma enfermeira. Ontem, chegou um médico e uma enfermeira, graças a um trabalho que a gente faz aqui na Câmara junto à assessoria da Secretaria Municipal de Saúde. Eu digo e repito: o projeto de lei, o único que está na Pauta hoje, é prejudicial aos servidores e a Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, depois prossegue em Pauta.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sra. Presidente, Ver.ª Mônica Leal; ao cumprimentá-la cumprimento todos os colegas vereadores e vereadoras desta Casa. Quero dizer que retorno a esta Casa com muito prazer e muita satisfação. Depois de ter convivido 12 anos com muitos e vocês e contribuído muito para a cidade de Porto Alegre, aqui estamos novamente com esta disposição de contribuir e construir uma cidade de Porto Alegre que seja igualitária, justa e inclusiva. Eu quero iniciar aqui, fazendo os meus agradecimentos. Primeiro, o meu agradecimento ao meu partido, o Partido dos Trabalhadores, na pessoa do seu presidente que aqui está, Rodrigo Dilelio, e dizer que sem partido ninguém faz política. Segundo, quero agradecer a minha bancada – Ver. Adeli Sell, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Marcelo Sgarbossa – e a todos os suplentes que construíram essa bancada que estou representando. Quero agradecer a todos os nossos apoiadores, que sempre acreditaram na construção de uma cidade de Porto Alegre cada melhor, e aqui estamos novamente. Quero agradecer à deputada estadual Sofia

Cavedon, que aqui está, que colocou seu nome à disposição, disputou num processo difícil e foi eleita, e isso proporcionou que aqui possamos estar. Quero agradecer todo o campo da oposição que tem trabalhado e trilhado conosco numa visão social, política e econômica. Quero agradecer a cada um dos colegas vereadores e seus partidos, por quê? Na situação ou oposição, nós temos que fazer política com "p" maior, nós temos que fazer diálogo, porque esta é a Casa do parlamento, é a Casa de parlar, onde se resolvem os problemas na política, aqui não pode haver problema de ordem pessoal, Ver. Pujol e demais vereadores e vereadoras aqui presentes.

Quero dizer que o meu retorno é para construir uma Porto Alegre da igualdade, igualdade essa pela qual trabalhamos 12 anos, seja no campo da educação, quando enfrentamos, coordenamos e conquistamos a Escola Técnica Federal que está na Restinga; quando batalhamos com o governo, mesmo com o governo Fogaça e Fortunati, e conquistamos as escolas infantis que estão distribuídas na cidade de Porto Alegre – falando nisso, uma das nossas pautas junto com o processo educacional, junto com as associações comunitárias é lutar para que elas recebam um olhar, para manter milhares de crianças na educação infantil, que hoje está relegada a segundo plano –, seja no campo da saúde, onde encabeçamos, trabalhamos e coordenamos, junto com a comunidade do Extremo-Sul, a conquista do Hospital Restinga, cujo decreto foi assinado, em 2006, pelo Presidente Lula – coordenamos, trabalhamos e está lá. Quero dizer que temos muito mais o que fazer. Na cidade de Porto Alegre, a política que hoje está sendo aqui gestada apoiou a exclusão do Mais Médicos, e hoje existem vazios na saúde. Estarei aqui para trabalhar com todos os colegas, porque não pode ficar a periferia sem médicos, não pode ficar a periferia sem saúde, não pode ficar a periferia sem um acolhimento social, de saúde e educacional, e isso está acontecendo hoje com muita força. Quero dizer que ontem fizemos uma pauta na Comissão de Educação para dizer que uma cidade rica, uma cidade inteligente, uma cidade que represente seu povo tem que se expressar através da sua cultura. O Conselho Municipal da Cultura batia aqui pedindo socorro para ter uma representação, para ter um programa de cultura. A cultura tem que fazer parte de uma cidade inteligente. Como disse o prefeito de Bogotá – eu nunca esqueci daquela frase – uma vez aqui num debate: "Se quiserem olhar para a qualidade de sua cidade, olhem para a qualidade de suas calçadas". Eu pergunto: Porto Alegre tem qualidade ou

não tem qualidade, se formos olhar para as suas calçadas? Não tem. É buraco em cima de buraco. Nós precisamos, Ver. Cecchim, enfrentar esse tema.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Comassetto, eu queria lhe dar as boas-vindas pela volta a esta Casa, cumprimentá-lo pelo seu trabalho, cumprimentar os seus apoiadores que aqui estão, e dizer que cada um desses seus apoiadores pode se orgulhar de V. Exa. que é um grande vereador e que representa muito a sua região, os seus eleitores e a cidade de Porto Alegre. Bom trabalho, como sempre, vereador.

Vereador Reginaldo Pujol (DEM): V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu tenho alegria em recebê-lo, sei que vou ter muito diálogo com V. Exa., muita contradição, mas sempre com o respeito recíproco. Sei que ganha a habitação popular; sei que ganha a Restinga; sei que ganha a Zona Sul de Porto Alegre; sei que aquilo que for objeto de interesse da habitação, de interesse social estará muito bem respondido com a sua presença. Seja bem-vindo ao retorno.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Meu companheiro Comassetto, presentes que acompanham essa posse de um vereador tão experimentado, e eu acho que a fala do Ver. Cecchim e do Ver. Pujol, aqui, é um reconhecimento da luta de um companheiro que sabe lutar, sabe diferenciar a disputa política das relações pessoais. Então, essas duas falas que me antecederam mostram isso, a tua coragem e a tua combatividade, Comassetto, e também o respeito, mesmo quem possa pensar diferente. Parabéns, bem-vindo, e estaremos juntos nas discussões pela nossa Cidade que tanto merece.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado, colegas vereadores, e quero dizer que o meu retorno é para ajudar construir Porto Alegre. Nós teremos em breve a revisão do Plano Diretor, e a cidade de Porto Alegre tem que ser revista na sua plenitude, e nesta agenda, o ponto da habitação popular é uma das prioridades. Nós teremos que trabalhar para agravar áreas de interesse social; nós teremos que trabalhar para ocupar os vazios urbanos da Cidade, com projetos dignos de moradia; nós teremos que trabalhar

sim para rever a planta de valores da Cidade, e ter uma distribuição justa desses recursos; nós precisamos dizer, e aí Ver.ª Mônica, Ver. Cecchim, ontem o Cecchim brincava comigo: tem um empresário aqui comigo. Eu continuarei na minha atividade profissional como engenheiro como engenheiro, como muitos outros colegas que aqui estão, e os cumprimento e agradeço, construindo os projetos de habitação social na Cidade de Porto Alegre, continuarei fazendo isso paralelo a este mandato porque isso também é um trabalho de um compromisso social. Hoje estamos entregando 1.080 unidades habitacionais, e aqui cumprimento a Coohadil, através do seu presidente Nelson, a IPES, através do Humberto e do Nilson. Quero dizer – essas agendas da regularização fundiária são presentes – tenho muito mais para falar, mas quero dizer que as cooperativas habitacionais, os programas sociais estão na ordem do dia do nosso entendimento. Quero continuar aqui, falando, mas não posso deixar de falar do tema central que pega esta Casa aqui hoje e que pega o governo federal. Nós estamos com uma perseguição, com uma retirada de direitos de todos os trabalhadores de classe média deste Brasil, a reforma da previdência que foi apresentada não passará, como não passou no governo Temer. Para isso, precisamos discutir, para isso, precisamos lutar porque essa reforma que aí está não pode passar, é retirada de direitos. Ontem, fazíamos um debate, Moisés e Pujol, o projeto que está aqui do Executivo também, em relação ao funcionalismo público, retira direito do funcionalismo. Nós vamos debater isso aqui e garantir que esses direitos continuem ao funcionalismo público municipal. Meus colegas advogados que estão aqui, representantes da OAB, a OAB tem que assumir o seu papel da defesa da Constituição brasileira, assim com força, em todos os momentos porque é isso que precisamos, nós não precisamos de nenhum direito a menos, nós precisamos manter os direitos conquistados e ampliá-los. Uma sociedade justa é uma sociedade rica, uma sociedade justa é uma sociedade rica que distribui essa riqueza, não é uma sociedade que concentra essa riqueza onde hoje temos meia dúzia de cidadãos que tem 80% da riqueza nacional. Isso não pode acontecer, e eu não acredito que tenha um colega vereador que venha nessa. Eu gostaria aqui de cumprimentar os funcionários públicos. Falo aqui do superintendente da Caixa Econômica Federal, o Klaus, que é um exemplo de funcionário público que atende às comunidades, assim como os funcionários públicos da Prefeitura Municipal e desta Casa, através das nossas garotas que estão ali nos monitorando, no dia a dia, com dedicação, e eles precisam da valorização e do nosso

respeito. Eu concluo esta fala dizendo que, nesses menos de dois anos que temos de trabalho aqui, com a Sra. Presidenta neste ano e com todos os colegas, vocês têm de nós todo o nosso respeito, têm de nós toda a nossa dedicação. Eu não poderia deixar de dizer, já que eu falei na OAB e na Constituição: não dá para nós continuarmos aceitando que o maior presidente deste País seja um preso político. Portanto, Lula livre!
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CARLOS CONCEIÇÃO (DEM): Boa tarde, Presidente Mônica; boa tarde, Srs. Vereadores, boa tarde a todos aqueles que se fazem presentes neste plenário e àqueles que nos assistem na TVCâmara; eu queria manifestar a minha satisfação, a minha alegria, pois ontem ocorreu em Brasília um fato que, para mim, como agente da segurança pública... Ontem, o nosso ministro da justiça, Sérgio Moro, fez a entrega do pacote anticrime, um pacote que visa a acelerar o processo que corre contra os corruptos, contra aqueles que celebram o malfeito, aqueles que confiam na prática da impunidade. Alguém que, durante 25 anos, trabalhou no combate à criminalidade aqui em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, pôde vislumbrar que o Brasil tem a possibilidade de entrar num novo tempo, quando os policiais vão ter respaldo para poder fazer uma segurança mais efetiva, um combate à criminalidade, porque é um absurdo o que hoje se vê: criminosos tidos como vítimas, e policiais sendo perseguidos como criminosos. Com essa inversão de valores, a partir desse pacote que vai se estabelecer, no Brasil, os senadores e os deputados vão dar respaldo a esse processo de criminalização, eu acredito que o Brasil, verdadeiramente, vai entrar num novo tempo. Eu não poderia me calar e não poderia perder a oportunidade de ouvir o que eu ouço aqui neste plenário, pessoas bradando, como o nosso colega, Ver. Comassetto fez ao final da sua fala: “Lula livre!”. Lula livre, sim, daqui a 25 ou 30 anos; Lula livre, sim, depois de pagar o que tem que ser pago. Um homem que teve a oportunidade de entrar na história, um homem que teve a oportunidade de ganhar a confiança... como eu mesmo fui eleitor do Lula e me emocionei com a oportunidade de ter um trabalhador me representando. Infelizmente...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores e senhoras, por favor, aguardem o vereador concluir a sua manifestação, após poderão fazer a sua.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Sra. Presidente, celebro e não posso me calar, porque é a oportunidade de vermos a possibilidade se concretizar. Creio que o novo Brasil está nascendo. O Brasil da impunidade está no plenário, o Brasil do malfeito está sendo bradado ali. O Brasil daquele que quer ver a justiça imperar no Brasil está nascendo. Muito obrigado, e que Deus nos abençoe.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadoras e vereadores, população de Porto Alegre, obrigado pelos aplausos. O debate que estamos fazendo é muito importante, porque o projeto do governo Marchezan é autoritário. Se nós formos analisar o dia de hoje, em que o Presidente Bolsonaro foi ao Congresso Nacional e apresentou uma reforma de previdência, que é uma reforma de previdência que tira direitos da classe trabalhadora, que faz com que a classe trabalhadora trabalhe muito mais; em contrapartida, não cobra dos empresários que devem para a previdência; em contrapartida, não combate a corrupção e não faz nenhuma política efetiva de tributar os bilionários, que são aqueles que não pagam pela crise que eles mesmos promoveram. O pacote autoritário do governo Bolsonaro, o pacote antipopular do governo Bolsonaro terá uma tramitação de meses no Congresso Nacional. Pois o prefeito Marchezan está querendo fazer um projeto aqui em Porto Alegre que ataca os servidores, que é um projeto que, em dias, ataca o serviço público da Cidade e provoca perdas no poder aquisitivo de milhares de servidores públicos, de 30 a 40%, e o governo está tentando convencer a sua base parlamentar a votar antes do carnaval. É isto que o governo pretende: uma política de choque, que vai desconstituir o serviço público na cidade de Porto Alegre. Um ataque aos servidores, no projeto do governo, liquida o regime especial,

faz com que todos os regimes passem a ter uma parcela autônoma, e, ao ser uma parcela autônoma, não vai mais ter a incidência dos reajustes sobre os proventos que atualmente ganham todos os servidores. Portanto, o arrocho salarial ao serviço público será brutal pelo projeto do governo Marchezan, e além dos dispositivos referentes ao regime especial de trabalho, as concessões de acréscimo, os quinquênios, os avanços e as gratificações também são alterados, são extintos no projeto do governo os adicionais por tempo de serviço, de 15 e de 25%. Então, é um assalto ao serviço público, e os vereadores e vereadoras têm que prestar atenção. Um assalto aos servidores públicos! Vai prejudicar o povo de Porto Alegre, que é quem mais precisa de serviço público! O desmonte do DMAE já tem provado o que significa não respeitar o serviço público! O governo Marchezan tem descumprido a lei em relação ao DMAE. O DMAE é uma autarquia que tem autonomia administrativa e financeira. Pois o governo Marchezan não faz as contratações devidas para a recomposição do corpo funcional do DMAE, e o resultado da política de desmonte tem sido a falta de água nos bairros pobres da cidade de Porto Alegre. Essa é a consequência da política do governo em relação ao DMAE. E o projeto que o governo quer apresentar é um projeto que liquida a carreira dos servidores públicos. Nós, do PSOL – e aqui falo pelo PSOL e pelo PT, pela oposição –, estamos convencidos de que perde a cidade de Porto Alegre e nós vamos oferecer uma resistência brutal contra esse projeto. A maioria que o governo agora constituiu, o governo Marchezan, o PSDB e o MDB, ao se unirem para governar o Estado após disputarem a eleição – disputaram a eleição, brigaram durante a eleição –, dado o resultado das urnas, o MDB fez um acordo com o PSDB e compôs para governar o Estado. Ato seguido, o PSDB e o MDB fizeram um acordo para governar Porto Alegre, para ter uma maioria na Câmara que se submeta aos interesses do governo Marchezan, e nós chamamos a atenção de cada um dos vereadores, de cada um das vereadoras que, se submeterem aos interesses do governo Marchezan terão, sem dúvida nenhuma, uma resposta da população da cidade de Porto Alegre. Os vereadores e vereadoras não podem esquecer que, se o ano passado teve uma eleição e a eleição, felizmente, nesse caso, ajudou a impedir que esse pacote draconiano antipovo do governo Marchezan fosse aprovado, os vereadores e vereadoras têm que saber que, no ano que vem, vai ter eleição para renovar os cargos de vereador e de vereadora, e eu não tenho dúvida de que o povo não vai esquecer o voto que cada um vai dar nessa matéria.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, vejo que está presente neste plenário a corte do carnaval; seja bem-vinda. Eu estava escutando atentamente o Ver. Roberto Robaina fazendo considerações sobre apoios no governo do Estado e no Município. Ver. Roberto Robaina, os dois partidos, PSDB e MDB, têm força moral da população para fazer esse tipo de acordo. Eu acredito que V. Exa. ficou com ciúme porque votou no Eduardo Leite, fez campanha – o senhor, o seu partido e o PT – e agora está um pouco detraído. Eu acho muito estranho V. Exa. reclamar do aipo do MDB com o Eduardo Leite. Eu não votei no Eduardo Leite, nem no 1º e nem no 2º turno, mas o partido fez o acordo de governar o Estado. Eu aqui saudei o governador Leite por manter o calendário de pagamento do ex-governador Sartori, na semana passada. Saudei, porque conseguiu manter a folha de pagamento nos dias que o ex-governador Sartori fazia.

Quanto ao apoio às votações aqui na Casa, coincidentes com a vontade do prefeito ou do executivo Municipal, eu não mudei de ideia, continuo com a mesma posição que eu tinha há dois anos. O meu partido, a maior bancada na Câmara de Vereadores, com vereadores qualificados – Ver. André Carús, Ver.ª Lourdes Sprenger, Ver. Valter Nagelstein, Ver. Mendes Ribeiro e este vereador –, fez uma grande bancada, e tudo que for para o interesse do cidadão de Porto Alegre, 1,5 milhão, nós votaremos de acordo com a população. Mas conseguimos, o prefeito foi sensível, o Executivo foi sensível, para não tirar os direitos já conquistado e nós vamos votar, com muita tranquilidade, os projetos que aqui vierem para ser votados. Sem nenhum constrangimento, Ver. Roberto Robaina, eu acho que V. Exa. e o PSOL são coerentes também, eu não discuto a coerência do partido. Agora, volto a dizer: as duas candidaturas que fizeram as grandes votações, indo ao segundo turno, têm autoridade moral e autoridade eleitoral para fazer acordo, pois representam 80% da população do Rio Grande do Sul, nessas duas candidaturas que existiram para o governo do Estado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente. Quero saudar os vereadores presentes e o público que nos assiste pela TVCâmara e também das galerias. Eu queria fazer, na verdade, uma fala rápida de agradecimento ao público que está presente aqui. Eu queria agradecer a presença de vocês, espero que vocês venham nos próximos dias também, quando votaremos o corte de privilégios dos servidores de Porto Alegre, porque vocês facilitam o nosso debate ao mostrarem que não representam os servidores de Porto Alegre, mas, sim, representam o pessoal do "Lula Livre". Então, fica muito mais fácil, para nós, mostrar a Porto Alegre quem é contra o corte de privilégios dos servidores de Porto Alegre, que são as pessoas que estavam gritando: "Lula, Lula, Lula" - aqui, nas galerias. São essas pessoas que invadem o plenário, como já o fizeram aqui, são essas pessoas que veem gritar e ofender vereadores, são essas pessoas que são contra ao corte dos privilégios. E eu gostaria de aproveitar para falar aos vereadores presentes para que aproveitem este momento e dos muitos que virão daqui para frente para saber quem faz oposição aos projetos e quem está contra que Porto Alegre faça o ajuste fiscal, são os cidadãos a favor do "Lula Livre", Ver. Mauro Pinheiro. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, todos os que nos acompanham na tarde de hoje. Em primeiro lugar, eu queria saudar aqui os sindicatos, as associações, os servidores públicos, os militantes do PT que vieram apoiar a primeira sessão com seu vereador aqui. Boa tarde a todos, aos militantes de todos os partidos, PT, PSOL, PCdoB, PSTU, enfim.

Eu subi aqui porque não poderia deixar passar a oportunidade para falar do tema que está na Casa em discussão, que é o projeto de 2019, que visa, sim, estancar o crescimento que nós temos hoje, a questão para evitar que passemos do limite previsto

na Lei de Responsabilidade Fiscal, porque nós tivemos 48,6% de recursos da Prefeitura gastos com o funcionalismo, que precisa, sim, ser modernizado. Eu quero aqui de público reconhecer que o sindicato, principalmente o Simpa, tenha a sua tarefa de defender os interesses dos servidores. Não é nenhum problema nós entendermos, por exemplo... E a gente tem que entender os vereadores que se revezam aqui fazendo a defesa do seu eleitorado, porque nós temos aqui democraticamente vereadores, pessoas do viés político, que têm, dentro da fatia do servidor público, seu eleitorado, nada mais justo do que eles na tribuna defendam seu eleitorado, isso não tem nenhum problema, são 22 mil de valorosos servidores, mas eu, particularmente, vereadores, represento outro grupo de porto-alegrenses. Eu represento o 1,5 milhão de porto-alegrenses que considero a maioria silenciosa da Cidade, que não pode estar aqui no plenário hoje, aqui nas galerias, Ver. Ricardo, por um motivo: porque estão trabalhando para pagar os seus impostos e pagar o nosso salário! E o salário, inclusive, de todos os servidores.

Então, ter esse problema não é uma exclusividade do governo Marchezan, o PT tem aqui em São Leopoldo um prefeito que, infelizmente, também não está conseguindo pagar a folha de pagamento como gostaria. Ele também está enfrentando o mesmo problema.

Então, eu entendo que os vereadores subam à tribuna, os que representam e são representados pelos partidos que, inclusive, compõem o sindicato, que não é ilegal, não é imoral dizermos aqui. Temos, eu acho, mais de que 15 diretores do Simpa e mais de uma dezena são filiados ao PT, ao PSOL, há suplentes do PT, tudo bem. Nós sabemos que existem diretores do Simpa, Ver. Wambert, que, durante a eleição – e eu identifico vários aqui –, em dia de semana, horário de expediente, estavam na Rua da Praia, com a bandeira lá da Sofia, da Fernanda Melchionna, por terem uma representação democrática, por serem os candidatos que o sindicato apoiou, isso é normal, não tem problema.

Agora, publicamente, quero fazer um pedido: eu não vou em setor de servidor – e eu já fui maravilhosamente atendido, mas também já fui mal atendido –, não invado a área do servidor público, ou o trato com desrespeito, eu não grito com servidor público. Então, por favor, vamos manter aqui um discurso de alto nível e vamos enfrentar os temas, sim, que precisam ser enfrentados. E eu quero só pedir um pouquinho de atenção, nesses segundos que restam, para, respeitando os vereadores aqui identificados com essa fatia da sociedade, finalizar dizendo o seguinte: não importa qual partido seja, eu não defendo

que A, B, C ou D exclusivamente seja preso. Mas, por favor, né? Vamos ser sinceros, do PSDB, que seja preso o corrupto, do MDB, que seja preso, agora, defender quem está preso aqui na tribuna, eu acho um desrespeito com os colegas. Que o Lula fique preso e que responda pelos seus atos. Obrigado, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, como líder do partido, entendo que o nosso partido, por estar no governo, se não votar maciçamente a essas provocações do governo, quer mexer em algumas coisas que até já mexeram em âmbito federal e estadual. Não é nenhuma novidade. Hoje de manhã fui procurado por dois funcionários da Casa e disse para eles que sempre estou aberto ao diálogo, sempre estive, na maioria das vezes, ao lado deles, mas eu gostaria que eles me dissessem qual a prioridade dentro desse plano do governo. Eles me deram a prioridade e eu estou analisando, eles me mostraram os pontos que interessam e que não podem ser modificados. Tudo bem. Amanhã tem uma reunião do governo com os vereadores e com os assessores e nós vamos ver, vamos analisar caso a caso. Mas tudo indica que será aprovado, a gente nota aqui no plenário. A nossa bancada tem uma peculiaridade, são pessoas, na média, experientes, tirando o Ver. Ricardo que está aqui pela primeira vez, mas já vem uma bagagem muito grande e com uma capacidade enorme de trabalho. Temos o Nedel, que é o mais antigo da Casa em experiência, temos a Ver.ª Mônica, e eu já passei aqui várias vezes, agora é a terceira vez, fui para a Assembleia e voltei para esta Casa. Não será a galeria que vai nos incomodar, por mais que se revolte contra isso e contra aquilo, eu noto que o debate deve ser propiciado dentro da Casa, nas comissões. Está hoje aqui na Pauta, para que seja debatido pelos vereadores, se são a favor ou se são contra. Aproveitem a Pauta, senão vão lá para a reunião e dizem: “Olha, falta isso, falta aquilo, não houve debate, não houve isso!” Não! Vai ter debate. Amanhã, estão convidados todos os assessores de vereadores, junto com o Líder do Governo e os seus assessores, segunda ou terça-feira irá ter uma reunião com os representantes das entidades do Município, tudo tem que ficar a consenso. As

emendas, Ver. Pujol, irão corrigir se porventura houver alguma distorção. Eu devo apresentar algumas emendas com o objetivo de haver uma transição. Então, o debate tem que começar, e, para quem quiser, a tribuna está à disposição, está na pauta de hoje, em discussão preliminar. Então, é esse debate que tem que acontecer a partir de agora para que não pairem dúvidas sobre o projeto do governo.

Eu quero desejar ao Ver. Comassetto boas-vindas a esta Casa, mas que ele venha com outro espírito. O Comassetto que eu conheci aqui foi esse que não se elegeu: raivoso, defendendo o Lula. O Lula está livre, sim; ele não vai pegar lá, preso, catapora, nem varicela, nem gripe. Ele não vai pegar nada, ele está guarnecido lá. E existe uma grande diferença do caso de hoje, do governo Bolsonaro com seu filho do que o Lula com o filho dele. Essa é a grande diferença: o filho do Lula está rico, quis se aproveitar das benesses dos governos Lula e Dilma, viajando pelo mundo inteiro, grandes patrimônios; e o filho do Bolsonaro apenas foi mostrar para a sociedade quem é que estava de traíra dentro do governo e que estava junto com a Globo, querendo viajar de graça para a Amazônia! Se todos nós, aqui, nos reuníssemos, quantos presidentes dos nossos partidos nós gostaríamos de tirar? Levantem a mão! É claro. Eu gostaria que o meu saísse imediatamente! Tu também, Barboza! Muitos de nós queríamos que os nossos... Bolsonaro teve a coragem de tirar o homem que estava atrapalhando, que estava entregando o ouro para o bandido, que estava trazendo a Globo para dentro do governo, quando queimou... E olhem que o PT não pode falar, porque a Globo também queimava o PT!

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): O Brizola brigou a vida inteira, morreu e não conseguiu ser Presidente da República! O PT não fez ainda *mea culpa.* Eu vou repetir: quase quebrou a Prefeitura de Porto Alegre, não quebrou por pouco, porque perdeu a eleição. Passou 16 anos e quase quebrou a Prefeitura! Eu e o Bosco, depois, fomos secretários, e olhem o que nós pegamos lá, como era a antiga SMOV, como estava a antiga SMOV, enfim, todas as secretarias. No Estado, eles não vão nem mais para o segundo turno, porque quase quebraram o Estado. E o País, gente? E o País não quebrou...não quebraram a Petrobrás, porque o velho Getúlio estava protegendo, estava

segurando para eles não fazerem mais bobagem. Estava envergonhado o velho Getúlio. A roubalheira neste País que o PT propiciou é importantíssima. A sociedade não quer mais aquilo que aconteceu.

Para concluir, Presidente, o Brasil precisa mudar. A Lava Jato veio e está na 60ª edição, vai até a 100ª, porque a roubalheira é muito grande, estão puxando. Ontem, já prenderam até o presidente da CNI – Confederação Nacional da Indústria –, que se locupletava com o dinheiro do BNDES ou do Sistema S, no qual têm de se mexer, sim. É muito dinheiro, são bilhões que poderiam ser usados para a melhoria do País. Obrigado Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sra. Presidente, colegas Vereadores, eu me senti obrigado a vir à tribuna. Nós estamos em pleno século 21, passados 19 anos da virada, e alguém sobe à tribuna para - estou procurando palavras gentis para descrever o que penso - tirando para trouxa, para idiota - não consegui palavras melhores - a população de Porto Alegre e esse plenário ao vir defender a liberdade de um ladrão, de um corrupto, de um sujeito vulgar, sujo, que quase destruiu esse País e que está preso porque é ladrão, porque está respondendo um monte de processo. Aquela inspiração totalitária, aquele tipo de propaganda totalitária, que era comum no nazismo, que era comum no comunismo, que é a de sustentar uma mentira, como se verdade fosse. Senhores, Lula é corrupto, é um ladrão diplomado. Ele tem dois diplomas da Justiça Federal como ladrão. Diz que não tem diploma, ele tem vários de *honoris causa* e de corrupto, um bandido. A sociedade brasileira está cansada. Eu não sou crítico do PT, porque nem tenho essa tarefa de tentar dizer ao PT que ele tem que melhorar, porque o PT é impossível de ser melhorado. O PT é a maior organização criminosa da história do ocidente, quiçá do mundo. É uma organização criminosa que se apossou do País, uma nuvem de gafanhotos que se apossou deste País para destruí-lo. Então, não tenho crítica construtiva ao PT, porque, inclusive, tem processos na Justiça Eleitoral pedindo a extinção desse partido. Agora, eu fico perplexo com a falta de inteligência de um partido que não quer se reinventar, um partido que entrou numa bolha e não quer dialogar com a

sociedade. A sociedade deu uma resposta nas urnas, a sociedade está cansada de corrupção, a sociedade está cansada de mentiras, a sociedade está cansada de falta de transparência. Então, esses fantoches que, às vezes, vêm aqui no nosso plenário repetir palavras de ordem, as mesmas coisinhas, os mesmo gritos, as mesmas coisas, como idiotas úteis, e vêm gritar Lula Livre. Marcola livre, então; Fernandinho Beira-Mar, também livre, todos os traficantes, assassinos, criminosos livres, é isso que querem? É isso que querem para o Brasil? O Brasil que precisa superar uma fase, uma quase guerra civil que nós enfrentamos, no momento em que a política virou guerra. A política, vereadores, que é a arte do diálogo, que é o lugar próprio da dialética em busca do bem comum, no Brasil, ela virou um discurso de surdos, ninguém quer escutar o outro. E Lula Livre, pelo amor de Deus! Que vergonha alheia, que constrangimento! Em pleno século XXI, vir a esta tribuna defender um corrupto, cheio de provas, respondendo vários processos. Um homem que eclipsou, um homem que vai desaparecer, e não adianta espernear, vai ficar na história como um dos maiores engodos, um dos maiores pústulas, uma das maiores vergonhas e decepções políticas da história do Brasil. O Seu Luiz Inácio Lula da Silva vai ficar livre, sim, mas daqui a uns 30 anos, para o bem do Brasil. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mônica, eu escutava a intervenção das lideranças e do vereador representante do NOVO; o NOVO repete o discurso do Collor, e não é muito novo o discurso do Collor contra os servidores públicos. Quem se lembra do famoso discurso do Color de “caçador de marajás”? Nós vimos que aquilo era falso. O Collor foi o primeiro governo brasileiro que buscou avançar num processo acelerado e profundo de privatizações e de ataque ao serviço público. O Ver. Camozzato deveria responder um pouco mais pelo governo de Minas Gerais, que é do NOVO, o Zema, que entrou no governo fazendo um discurso contra o licenciamento ambiental, dizendo que tinha que apressar o licenciamento ambiental, depois se mostrou como um agente direto dos interesses da Vale. A tragédia de Brumadinho não é um acidente, é um crime da Vale, com a assinatura do secretário do meio ambiente, nomeado

pelo governador do seu partido, que representa uma prática nada nova de fazer política a serviço das mineradoras no Estado de Minas Gerais. Essa ideia de que os servidores são privilegiados é a retomada do discurso do Collor! A média salarial dos professores no Município de Porto Alegre é de R$ 2 mil – 20 horas, R$ 2 mil! Não tem nada de mentira, Ver. Camozzato; quem mente é o governador do seu partido, em Minas Gerais, que está encobrindo uma empresa assassina. Então nós, aqui, temos que estabelecer a verdade na discussão. O ataque que vem sendo feito aos servidores públicos e a tentativa do governo Marchezan de coesionar sua base vão prejudicar profundamente o povo de Porto Alegre. O Ver. Cassiá diz que tem que ter debate; basta ver que o governo não debate! Temos insistido, da tribuna, sobre o desmonte do DMAE. Há uma inspeção especial do Ministério Público de Contas dizendo que o governo Marchezan desobedece a lei ao ferir a autonomia da autarquia em termos administrativos e em termos financeiros. Essa é a razão pela qual falta água em Porto Alegre, mas os vereadores da base do governo não estão se importando se falta água para o povo, é pura demagogia. Querem, isso sim, mostrar que estão coesos junto com o governo Marchezan e vão prejudicar o povo de Porto Alegre, não só os servidores, prejudicar o povo, porque é o povo que necessita de educação pública, é o povo que necessita de saúde, e o arrocho aos servidores vai significar um corte de 30 a 40% do poder aquisitivo. Não é verdade, como disse o Ver. Cecchim, que, por sinal, no debate político gosta muito de fazer manobra de baixo nível, sempre atribuindo inverdades ao adversário para tentar fortalecer a sua própria posição. Não é verdade o que disse o Ver. Cecchim, que os direitos adquiridos estão preservados. Não estão preservados os direitos adquiridos. Quando se liquida a carreira dos servidores públicos, não se está preservando! O Cecchim, que seja contra os servidores públicos, não me surpreende! O Cecchim é do governo Temer, sustou o governo Temer do PMDB, o governo mais corrupto da história, mais corrupto da história. E o Cecchim já não é um garoto, é um político experiente, sabe que representa setores empresariais ricos da Cidade. Eu, de fato, não represento esses setores empresariais ricos da Cidade. Eu acho, ao contrário, que no Brasil, o que falta é que os muito ricos paguem mais. Eu admito que a crise de financiamento do setor público, em primeiro lugar, a razão pela qual essa crise é tão profunda é que nós temos governantes, a começar pelo PMDB, que participa dos governos federais, desde sempre, que aplicam práticas corruptas, ineficazes na administração pública. Então, nós não somos daqueles que achamos que a administração

pública deve continuar como está. Não, a administração pública necessita de profundas mudanças! Profundas mudanças! Mas as mudanças que a administração pública necessita, além de governos transparentes, de governos honestos, é também de governos que percebam, que não é um plano de inteligência, é que façam uma opção para que aqueles milionários, os mais ricos, passem a pagar.

Nos Estados Unidos hoje, um dos debates que está ocorrendo, é que as grandes fortunas tenham uma tributação de 60 a 70%. Esses são os debates que começam a ocorrer nos Estados Unidos, na França. Agora, no Brasil os ricos não pagam imposto! E têm políticos, evidentemente, que defendem os seus interesses, que fazem discursos o tempo inteiro, dizendo que defendem os interesses de todos, que estão pensando em toda a Cidade. O Moisés é novo, mas é de um partido especialista nisso, o Moisés é do PSDB, que acabou de ter os quadros dirigentes; ontem mesmo, Moisés, eu não vejo nunca tu falar disso, Aloísio Nunes, quadro dirigente do PSDB, envolvido em corrupção. Mas são todos os chefes do teu partido! São todos! Então, o Moisés diz: “Ah, eu defendo toda a Cidade, não defendo só os servidores!” Não é verdade, Moisés, o PSDB o que defende é a minoria privilegiada e rica da Cidade de Porto Alegre. Estes é que nós queremos que comecem a pagar mais impostos, assim é que vamos poder começar a atacar a crise de financiamento do setor público, combatendo a corrupção, combatendo a ineficácia, mas também fazendo com que os milionários passem a pagar tributos, coisa que hoje, no Brasil e aqui na Cidade de Porto Alegre, pagam pouco. Obrigado

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.ª Karen Santos está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, Srs. Vereadores, boa tarde, trabalhadores, comunidade aqui presente. Vimos novamente aqui discutir este projeto, que é uma afronta a 30 anos de conquistas dos municipários de Porto Alegre, esses trabalhadores que, como coloquei segunda-feira, estão trabalhando em péssimas condições de trabalho, visto o desmonte desse governo Marchezan que não começou. Um governo que inaugura fazendo uma reforma administrativa extinguindo a Secretaria Municipal do Esporte, deixando as comunidades, aqueles locais onde mais precisam da

assistência do Estado ao léu, sem conseguir recuperar a juventude, sem conseguir recuperar os trabalhadores que hoje se encontram nessa grave crise de desemprego e de ausência de direitos onde mais se precisa que é dentro das comunidades de Porto Alegre; um governo que inicia mexendo nas rotinas escolares, extinguindo importantes projetos da rede municipal que davam uma perspectiva de futuro para a juventude; um governo que atacou a previdência, criando o absurdo de uma previdência privada, mesmo sabendo que a previdência dos municípios dava conta e davam lucro; um governo que agora quer destituir o direito dos trabalhadores terem uma aposentadoria, um plano de carreira digno. Eu digo isso enquanto professora da rede estadual, que sentiu na pele os quatro anos do governo Sartori, com parcelamento de salário e sem reposição da inflação para a melhoria dos nossos salários. Nesse sentido, dizer que a crise que a gente está vivendo no Brasil, com certeza, não é uma crise econômica, porque os bancos nunca lucraram tanto, mas, sim, que a gente vive uma crise moral, política e moral que vem colocando esse discurso na pauta de que nós, servidores públicos, somos privilegiados, sendo que não se discute o privilegio da casta política, da casta do judiciário, do alto escalão dos militares, nós, inclusive, vereadores de Porto Alegre, recebemos nosso salário, que é muito maior que o a maioria da população recebe, que é a única categoria que tem autonomia para aumentar o próprio salário. Eu acho um absurdo chamar professores, técnicos de enfermagem, assistentes sociais de privilegiados, essa galera que está no dia a dia, lá na ponta, resolvendo as questões da falta de estrutura, da falta de investimento do estado brasileiro. Esta crise só vem se justificando para que os governantes e seus amigos empresários aprovem uma série de ajustes que mexem diretamente no custo de vida e na dignidade dos trabalhadores.

Nós hoje, como bancada do PSOL – Pedro Ruas, Luciana Genro, deputados estaduais –, estamos entrando com uma ação popular que visa a barrar esse absurdo que é o aumento da passagem de Porto Alegre, para R$ 4,70, um aumento que está sendo feito de forma ilegal, porque não respeita o previsto no edital das licitações do transporte em 2015. O nosso papel, enquanto vereadores desta Casa, é ajudar a desvendar para a população toda essa série de ataques que o governo Marchezan vem implementando a rodo nesses dois anos e que virá, neste ano, que não é um eleitoral, com muito mais velocidade. Vamos seguir denunciando, denunciando o desgaste que nós, trabalhadores, sofremos recuperando, no nosso período de férias, porque a gente ficou recuperando

greve até fevereiro, no calorão que foi em Porto Alegre. A gente em salas de aula lotadas, sem ar condicionado, sem estrutura, e agora, mesmo no nosso período de férias, esse governo querendo aprovar a rodo esse projeto, sem discussão, sem participação popular, porque ele sabe que é muito errado o que está acontecendo. A gente vai seguir denunciando, é essencial, a gente está denunciando todos esses ataques, para que esse prefeito nunca mais seja eleito na cidade de Porto Alegre: aumento da tarifa de ônibus, está aqui a corte do carnaval, que também não recebeu um centavo para manifestação cultural e artística das periferias, das comunidades de Porto Alegre; o aumento da passagem de ônibus para este valor exorbitante de R$ 4,70. Este prefeito está conseguindo comprar briga com diversos setores da sociedade.

Quinta-feira agora tem ato dos estudantes secundaristas na frente da Prefeitura, e é essencial que todo mundo que está se sentindo desgostoso com as políticas que vêm sendo implementadas pelo prefeito, em conjunto com a base aliada aqui da Câmara, esteja na rua, esteja junto com os municipários em campanha contra este governo. Que esta crise seja uma crise em que os ricos paguem as contas, não mais os trabalhadores. (Não revisado pela oradora.)

Vereador Engº Comassetto (PT): Sra. Presidente, solicito a V. Exa. que receba o Sindicato dos Engenheiros, que veio lhe trazer um documento, através do seu presidente, Sr. Alexandre Wollmann. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Peço a V. Exa., Ver. Eng.º Comassetto, que o conduza até a Mesa. (Pausa.) Recebo o documento do Sindicato dos Engenheiros e darei os devidos encaminhamentos.

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; agradeço aos meus colegas de bancada pela possibilidade da utilização do tempo de liderança do

nosso partido, o PSOL. Instigado por algumas falas que me antecederam na utilização desta tribuna, eu gostaria de destacar a minha tristeza com relação a algumas manifestações na tarde de hoje. É triste quando se ouve uma pessoa que representa um setor da população distorcer a realidade, afirmando que os servidores públicos desta Cidade são privilegiados. Talvez alguns realmente pensem isso do fundo do seu coração, mas eu acredito que o Ver. Felipe Camozzato do partido NOVO, assim como os seus correligionários, saiba bem quem é privilegiado neste País: aqueles que não pagam impostos, aqueles que não são tributados, por exemplo, os especuladores, indivíduos que jogam dinheiro de uma aplicação para outra e não pagam um pila de imposto. Não há, neste País – não há! –, imposto sobre lucros e dividendos, é justamente daí que saem os rendimentos dessas pessoas, daqueles que especulam, daqueles que aplicam no mercado, no "deus mercado", que é tão importante para eles. Esses são privilegiados, os que não pagam imposto pela sua lancha, pelo seu iate, pelo seu helicóptero. Esses são privilegiados! Agora, dizer que trabalhador é privilegiado é uma palhaçada! É melhor o Ver. Felipe Camozzato e os seus partidários do NOVO repensarem quem é que tem o dinheiro deste País, a maior parte do dinheiro, e que não contribui com a sociedade, apenas com o seu bolso. Eu trago aqui para discussão – o Ver. Cassiá Carpes, que me antecedeu, muito bem destacou –, porque é o momento de discussão do projeto em questão: eis que nas carreiras municipárias, aquele cara que chamam popularmente de peão, os servidores municipais de nível 2, nível 3 e nível 4 têm salário inicial de R$ 961,00. Esse é o cara que é privilegiado pelo Ver. Felipe Camozzato, que ganha 960 pilas. Privilegiado!? O Município de Porto Alegre tem uma lei proposta pelo João Dib, que garante a percepção, pelo menos, do salário mínimo. Esses caras não recebem, a lei não é cumprida, e eu tenho que ouvir alguém dizer que é privilegiado um desgraçado desses. Isso é uma vergonha, é uma falta de respeito com o trabalhador.

Eu vou falar agora um pouco da minha categoria, os chamados privilegiados professores do Município, que, agora, nem sequer o planejamento das aulas podem fazer em casa. São obrigados a ficar dentro da escola durante todo o seu turno, planejando sabe-se lá onde, porque não tem espaço para planejar, não tem computador para planejar, não tem livro para planejar, mas são obrigados a ficar naquele depósito que é a sala dos professores, que foi transformada. Mas são privilegiados.

Muito bem. Como professor M4, que é o meu nível, porque eu não tenho pós-graduação, eu tenho apenas a minha graduação, a minha licenciatura em Ciências Biológicas, ganho atualmente, Ver. Felipe Camozzato, R$ 2.264,00. Esse é o salário do marajá, do privilegiado, do abonado, do abastado? Eu entrei com quase 40 anos no serviço púbico – quase 40 anos! Vocês acreditam que eu vou ter condições de trabalhar em sala de aula com um bando de crianças da periferia tendo que dar atenção a essas comunidades até os 80 anos? É óbvio que não, é evidente que não. A minha saúde vai me impedir de continuar a minha jornada laboral e, muito provavelmente, eu vou precisar me aposentar com 60, 65 anos talvez, porque o meu corpo não vai aguentar, a minha mente não vai aguentar. E eu sou um privilegiado. Se eu entrei com 40 anos e me aposento com 65 anos, atualmente, após 25 anos de carreira, a minha percepção subiria para menos de R$ 4 mil! Eu não estou contando em receber FG cumulativa, porque o meu trabalho é de sala de aula, não é de direção, eu não tenho capacitação para isso.

Senhoras e senhores, é melhor medirmos as palavras, pois, quando se fala em privilégios, vamos recortar isso, vamos discutir, porque eu não me considerarei, depois de 25 anos em sala de aula dedicado ao trabalho, que eu já desempenho há 19 anos, para receber R$ 3,9 mil, um privilegiado. Não me acho um privilegiado! Eu acho que é merecida uma aposentadoria digna, justa e que, minimamente, permita que eu tenha condições de me sustentar na velhice.

Um grande abraço a todos aqui, e vamos discutir com mais calma esse projeto, porque, de forma atropelada, ele vai acabar com o servidor e acabar com o serviço público da nossa cidade. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): (15h43min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em discussão o PLCL nº 046/17, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Meu caro Ver. Mendes Ribeiro, colegas vereadores e vereadoras, senhoras e senhores, eu sou da oposição e vou acompanhar o governo. Vou votar favoravelmente ao veto do Sr. Prefeito Municipal. A oposição votará com o prefeito Marchezan Júnior. Por quê? Porque nós pensamos na Cidade. Quando nós discutimos este tema aqui, eu fui muito enfático, tremendamente enfático, dizendo que nós não poderíamos, não deveríamos e não devemos aprovar esses projetos que, de uma hora para outra, alguém se ilumina – e não era um dia de lua cheia como tivemos essa semana, acho que foi até um dia de lua minguante – e diz: "Não, naquela região, tem que mudar o índice, tem que ter crescimento, tem que ter desenvolvimento, tem que ter mais um loteamento". E nós vamos detonando a Cidade.

É por isso que eu disse que não consegui entender a fala do prefeito na CPA, dias atrás. Agora, sim, o prefeito acerta, alguém o assessorou corretamente. Um Plano Diretor tem que discutir a Cidade como um todo.

E nós não podemos aceitar que, com leis, de um dia para a noite, aqui se vote uma lei que muda radicalmente o Plano Diretor!

Então, não precisa ter revisão do Plano Diretor de dez em dez anos. Se revisamos o Plano Diretor de dez em dez anos, é porque as cidades são vivas, elas mudam, elas crescem, elas se desenvolvem, elas têm conflitos.

Por isso que, de uma hora para a outra, a Zona Norte ficou atrolhada, não houve um devido planejamento, e temos a paralisação de ônibus por uma hora, uma hora e meia, em plena Assis Brasil.

Agora acontece o mesmo na Zona Sul. Nós condenamos, criticamos esse projeto. E, felizmente, o prefeito veta o projeto, e nós vamos acompanhar o veto, porque, naquela região, é preciso pensar e resguardar as áreas verdes. É preciso resguardar a mobilidade urbana. Nós sabemos que, na saída da Restinga, de manhã, ali, em seguida do pontilhão, começa tudo a trancar, antes de chegar, inclusive, à Costa Gama. Na Av. Ivo Schneider, que fica à esquerda, já fica tudo congestionado. Não é isso, Ver. Prof. Alex, que conhece bem a região? A Edgar Pires de Castro é um desastre. Agora, felizmente, o Fábio, da EPTC, me disse que tem alguns ônibus que não saem mais da Nilo Wulff, mas saem dali daqueles loteamentos. E nós queremos, inclusive, um ônibus que saia lá do Cantagalo, que entre na Restinga, na UPA, na escola técnica e no Hospital, suba a Pitinga e venha

pela Lomba. A Carris deveria bancar essa linha de ônibus, é altamente lucrativa, que é um sobe e desce, sobe e desce. Eu pedi hoje uma reunião na EPTC, porque tem esse atrolho naquela região, inclusive em termos de mobilidade, uma reunião com o Soletti – está a assessoria dele aqui inclusive. Fiz o pedido oficial hoje para a EPTC.
Portanto nós vamos acompanhar o veto do Sr. Prefeito Municipal. Chamo atenção dos Srs, Vereadores, das Sras. Vereadoras de que nós podemos manter o veto, porque a oposição colabora com a cidade de Porto Alegre, a oposição se preocupa com as pessoas, que é uma cidade inclusiva, que é uma cidade para as pessoas e não aposta na morte e vida das cidades, como muitos gestores públicos apostam. Em defesa de Porto Alegre, pela manutenção do veto. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCL nº 046/17, com Veto Total.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, iniciando a discussão deste veto total do prefeito Marchezan Júnior a um projeto que altera o regime urbanístico de uma área lá da Restinga. Eu lembro, quando estávamos aqui nesta Casa debatendo o projeto do Ver. Reginaldo Pujol – um debate bastante acalorado, inclusive suscitou o projeto do Ver. Cassio Trogildo para proteger a zona rural, que estava sendo apunhalada por esse projeto –, o Ver. Cassio instituiu uma emenda à Lei Orgânica no Município de Porto Alegre garantindo uma maior proteção a maior extensão da área verde da nossa Cidade, que é justamente a zona rural, onde está encravado esse terreno. Essa região, depois de todo esse debate, justamente estimulou o Ver. Cassio Trogildo a propor no sentido de que precisemos de 24 votos para alterar o regime urbanístico da nossa querida zona rural. Dada a importância dessa região, nós voltamos a esta tribuna para defender a área, mas não apenas isso, não apenas a cobertura verde da nossa Cidade, também defender a moralidade no Município de Porto Alegre. Quando a empresa construtora adquiriu esta área, a adquiriu como área rural, cravada no nosso Plano Diretor como área de baixo adensamento e por um valor bastante modesto, creio eu. No momento em que este projeto entra em tramitação e é aprovado, nós catapultamos o valor deste imóvel, gerando riqueza para este empreendedor. Ou seja, o ato desta Casa

Legislativa jogou uma banana de dinheiro no bolso da empresa que fez a aquisição da área como rural e conseguiu apoio deste Parlamento para mudar a lei, mudar o Plano Diretor e gravar essa área como área adensável, porque agora se permitem 140 habitantes por hectare. Anteriormente, era uma residência a cada dois hectares – uma residência a cada dois hectares! Eis que quem conhece a região, quem conhece o Extremo-Sul da Cidade sabe que a Edgar Pires de Castro não tem condições viárias de aguentar uma expansão contínua que os empreendimentos imobiliários estão tocando no local. A oferta de água tratada também; a água tratada no Extremo-Sul é feita na unidade de Belém Novo, é essa água que abastece o Extremo-Sul, Restinga e também a Lomba do Pinheiro, que enfrenta graves problemas. A Prefeitura propôs um projeto de lei para financiamento de uma obra de uma nova estação de tratamento de águas, isso foi aprovado neste Parlamento. Cadê a estação? Não há estação, não há duplicação das vias, não há previsão de ampliação da oferta de transporte público, não há nada! Só há a promessa de mais problemas para os moradores da região e garantia de lucros para o empreendedor privado, para uma empresa construtora. O que estamos falando aqui é de moralidade. Moralidade! Neste ponto, a oposição está fechada integralmente com o prefeito Nelson Marchezan Júnior, que veta esse projeto obsceno que veta esse projeto obsceno, não permitindo que essa manobra que altera o nosso Plano Diretor se efetive. Nós fazemos a luta, fazemos a disputa ideológica, sim, mas, neste momento, damos razão ao acerto do prefeito Nelson Marchezan Júnior e da sua equipe em vetar este projeto e acabar com essa bandalheira.
Uma boa tarde a todos e que continuemos a nossa discussão.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga.
O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para discutir o PLCL nº 046/17, com Veto Total.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Presidente, Ver. Mendes Ribeiro, meu grande amigo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, venho a esta tribuna justamente para falar sobre o Veto Total ao PLCE nº 046/17, que altera a Lei Complementar nº 046/17, que institui Área de Interesse Social e altera o regime urbanístico de imóvel localizado na Zona Sul de Porto Alegre, mais especificamente no

bairro Lageado. Esses imóveis, incluindo este, lá em 2010, 2011, nós discutimos nesta Casa, quando foram apresentados 17 terrenos, uns na Zona Sul e alguns na Zona Norte de Porto Alegre, justamente para alteração no regime urbanístico. Desses, após serem aprovados como AEIS, tivemos uma intervenção do Ministério Público que sugeriu que deveriam voltar para apreciação e, assim, veio do Executivo lei que aprovou dez dessas áreas, restando remanescentes sete áreas que não foram declaras AEIS.

Eu acho que nós temos que pensar um pouquinho em Porto Alegre: a nossa Zona Norte de Porto Alegre é Canoas, onde temos apenas alguns imóveis vagos para construção entre a Vila Dique, Nazaré, Vila Farrapos; do outro lado nós temos o nosso Guaíba, onde temos as ilhas, mas não podemos fazer com que haja habitações sociais nas ilhas de Porto Alegre. Depois, nós temos Alvorada, que é a nossa região da Av. Assis Brasil e a nossa região Leste, que justamente é a divisa com Viamão, onde restam poucos terrenos vagos também, e os valores daqueles imóveis também são bem diferenciados. Só nos resta a Zona Sul de Porto Alegre, e não é a Zona Sul na sua íntegra. Nós temos de pensar no desenvolvimento da região de sul de Porto Alegre também. Nós temos colegas que dizem que nós não podemos construir habitações ali, porque nós temos a Av. Edgar Pires de Castro, que, hoje, tem problemas de congestionamento. Mas todas as regiões de Porto Alegre, lá no início, quando começaram a fazer as obras, tiveram as ruas que foram alargadas. Por que não fazer nesse empreendimento e nos demais que serão aprovados ou nas alterações do Regime urbanístico, no futuro, uma contrapartida para alargamento da Av. Edgar Pires de Castro? Se nós temos aquele espaço inicial até a Restinga, e ali tem o maior movimento, justamente, pois as linhas de ônibus são todas elas com um grande movimento, esse alargamento pode fazer uma contrapartida. E depois se faz a segunda etapa, pois temos ali loteamentos obrigatórios e AEIS, e já foram realizadas a sua infraestrutura, que é logo ali adiante, antes do bairro Lajeado. Ali pode se fazer com que haja habitações, sim. Nós precisamos do desenvolvimento e precisamos, cada vez mais, criar condições para que as famílias que residem em péssimas condições, em Porto Alegre... Não estou aqui dizendo que nós temos de levar pessoas da Zona Norte lá para Zona Sul, não, mas que temos de dar a opção para essas pessoas. Quem tem condições de residir na Zona Sul, se tiver um empreendimento, tudo bem, mas vamos facilitar para que haja regularização, para que essas famílias possam ter a oportunidade de ter a sua casa própria.

Nós discutimos aqui, na semana passada, o problema da falta da água. A falta d'água ocorre, justamente, onde há os loteamentos irregulares de Porto Alegre. Ali há com que haja o desvio de água, porque o fornecimento não é adequado e não se tem a infraestrutura necessária para que se possa dar as condições a essas famílias. E assim, se nós tivermos uma contrapartida, já partindo desse projeto, ao qual eu declaro o meu voto pela derrubado do veto... Derrubada pela importância que existe, não só deste, mas também de outros que deverão vir. E nós temos de analisar caso a caso, principalmente na Avenida. Nós não vamos, enfim, fazer com que toda a nossa zona rural seja ocupada. Nós não queremos ocupar a zona rural de Porto Alegre. Esse aqui, na época em que foi alterada, já ficava fora da zona rural. Ele não tem produção nessa região; aliás, tem, nessa área tem produção de eucaliptos em cima. Então, acho que nós não podemos deixar uma área que poderá ser para habitação, para os eucaliptos, para que possam ser vendidos pelas pessoas que plantam, que cortam os eucaliptos para lenha. O eucalipto é uma árvore que pode ser cortada a qualquer momento. Não podemos é tirar o direito de termos áreas que possam ser densificadas, áreas que possam fazer que com que haja o crescimento de Porto Alegre, na região sul, esta região que todos aqui querem que seja preservada, mas também para os moradores com suas habitações. Obrigado, senhoras e senhores.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em votação nominal o PLCL nº 046/17, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o projeto por 20 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Total.
Em discussão o PLL nº 013/18, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o nosso objetivo principal, quando apresentamos este projeto, era garantir uma maior transparência à população de Porto Alegre, Ver. Professor Wambert, daquilo que, para nós, nunca houve uma divulgação adequada por parte da Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC. Não são poucas as ocorrências, autuações e infrações cometidas pelos motoristas de Porto Alegre, até porque o

entendimento que nós partimos também na elaboração deste projeto é de que os recursos oriundos das multas de trânsito aplicadas na Cidade devem financiar ações de educação para o trânsito, porque as punições previstas no Código Brasileiro de Trânsito, que é a lei aplicável, neste caso, Ver. Rafão, também devem ter um papel pedagógico. O infrator, o motorista tem que aprender, porque não será só cumprindo o aspecto punitivo que nós vamos educar os motoristas da nossa Cidade. A lei prevê punição, sim, tem que trabalhar, porque nenhum motorista que é autuado em função de desrespeitar as normas de trânsito é inimputável; muito pelo contrário, se imputa a ele a responsabilidade por aquela infração. Mas o governo entendeu, por uma questão formal, que deveria encaminhar esse veto parcial, e, desde que recebemos a priorização no dia de ontem, iniciamos o diálogo com diversos colegas vereadores, e também apoiados, Ver. Bosco, no parecer que foi emitido pelo Ver. Clàudio Janta, substituído esta semana pelo Ver. Giovane Byl, a quem saúdo e dou as boas-vindas, mais uma vez, apoiado no parecer do Ver. Clàudio Janta, pela rejeição do veto, na Comissão de Constituição e Justiça.

E aqui eu quero fazer um agradecimento ao Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, ao Ver. Moisés Barboza, vice-líder do governo, e em especial ao Ver. Cassio Trogildo, pelo espírito de parceria, colaboração e também por ter apoiado a matéria desde o seu princípio. Vale lembrar, o projeto nº 013/18 foi aprovado por unanimidade nesta Casa, o aprovamos de forma unânime no ano passado. No ajuste que construímos tivemos a presença dos dirigentes da EPTC, que entenderam dessa forma, e nós encaminhamos um requerimento destacando então o Inc. III do art. 2º, e também deixando que fosse mantido o veto no Inc. I do art. 2º. Por quê? Mantida a redação do art. 3º e também do Inc. II do art. 2º, nós vamos concretizar o cerne da proposição, que é a divulgação na ferramenta que será disponibilizada ao cidadão de Porto Alegre, em breve, para sua consulta, daquilo que efetivamente é arrecadado com as multas de trânsito da Cidade, o que é realizado, e para onde vai esse recurso, onde ele efetivamente está sendo aplicado. E nós entendemos que, para além das ações que já carimbam esse recurso no Código de Trânsito Brasileiro, ele também precisa ter uma aplicação correta em todas aquelas áreas que significam educação para o trânsito e qualificação da mobilidade urbana na nossa Cidade.

Então, peço aos colegas que, diante do destaque que foi apresentado à Mesa, nós possamos manter o veto sobre o inc. I do art. 2º e derrubar o veto referente ao Inc. III do

art. 2º, para que possamos ter os efeitos desta lei, tão logo ela seja sancionada, em favor da transparência do gasto público, em favor da transparência da arrecadação pública, e que a EPTC, então, abra os seus dados para que o cidadão possa consultar e saber onde esses recursos estão sendo efetivamente aplicados. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLL nº 013/18, com Veto Parcial.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, colegas vereadores, neste momento de discussão, Ver. André Carús, quero-lhe dar os parabéns pelo projeto. Tenho mais dois projetos, na Casa, sobre a EPTC, fiz um pedido de informações....

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Se for eleito prefeito, se um dia for prefeito de Porto Alegre, fecharei a EPTC e criarei uma autarquia com poder de policia de verdade para cuidar do trânsito de Porto Alegre. Por enquanto, o eleitor ainda não quis, mas, no dia em que o eleitor quiser, o cidadão de Porto Alegre quiser, e eu for prefeito de Porto Alegre, uma das primeiras coisas é dar poder de polícia à Guarda Municipal para cuidar do trânsito de Porto Alegre.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Maravilha. Prezados colegas, a EPTC, em primeiro lugar, é uma ilegalidade, uma inconstitucionalidade, uma empresa pública que se arvora ter poder de polícia. Um azulzinho tem tanto poder de polícia quanto um funcionário da CEEE. São empresas públicas, ou seja, nenhum, zero poder de polícia. O problema que a Cidade não tem enfrentado, que é a natureza jurídica da EPTC, essa é a primeira coisa. Segunda, a mais absoluta falta de transparência. Amanhã, estarei no Grande Expediente e vou trazer um dossiê sobre a EPTC a partir de um pedido de informações que fiz aqui da Câmara sobre os dados da EPTC. Tenho um projeto de lei

que propõe o repositório jurisprudencial das decisões das JARIs. Se os colegas vereadores não sabem, só 3% dos recursos que vão para JARIs são providos. É uma indecência. As JARIs são estáticas, via de regra não analisam os recursos. Tenho um dossiê das faltas absolutamente absurdas de pessoas que foram autuadas sem estarem em Porto Alegre, pessoas que foram autuadas sem ter cometido a infração, tendo comprovada a sua versão na JARI e tendo a sua versão totalmente ignorada. Porto Alegre não pode mais conviver com a EPTC e com a forma com que ela conduz seus trabalhos na Cidade. A EPTC é uma tecnocracia. Colegas vereadores, eu duvido que alguém aqui diga que tem uma relação frutuosa e que recebe o retorno necessário da EPTC. A EPTC tem sido conduzida, há anos, com uma tecnocracia, que ignora o político, que ignora a atividade política e que se recusa, nessa pretensão tecnocrata, a atender àquilo que é determinado ou àquilo que é solicitado pelo departamento.

Num pedido de providências da EPTC, se recebem vários laudos de negação, vários laudos fundamentando a negação a partir de fatos absolutamente concretos, os quais eu vou começar a trabalhar nesta tribuna a partir de amanhã. Nós precisamos trabalhar pela transparência: para aonde vão os recursos das multas? Eu sustento que a indústria das multas não favorece o seu fim primeiro, que é didático, que é a pedagógico, que é ensinar o cidadão. Se eu quero coibir o excesso de velocidade numa via da Capital, não é escondendo um radar móvel, mudando de posição, o que traz, inclusive, insegurança na informação para o motorista de que lugar esse controle está sendo efetivo. Algum colega vai me dizer que a intenção é justamente coibir, mas esse efeito só é atingido quando há uma publicidade do local. Nós temos que trocar esses radares móveis, vereadores, por barreiras eletrônicas, por lombadas eletrônicas. São transparentes, multam, são ostensivas. Qual é a didática de um azulzinho escondido atrás de uma árvore? Qual é a pedagogia, senhores, de um azulzinho estar no meio do mato, com aquele canhão, esperando o motorista passar? Brincando de pega-pega, como disse agora o Ver. João Bosco Vaz. Ou seja, não há interesse, não há política pública, não há intenção da EPTC em diminuir o número de infrações de trânsito em Porto Alegre, porque essas infrações dão lucro e dão resultado.

Ver. Carús, acompanharei V. Exa. na derrubada desse veto, porque acho que é importante para a Cidade. A democracia não existe sem transparência e nós precisamos

de transparência em Porto Alegre, sobretudo dos recursos que são arrecadados com as multas e com as infrações. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Quero saudar a presença no plenário do nosso colega, deputado Dr. Thiago, nesta tarde.
Em votação o Requerimento de autoria do Ver. André Carús, solicitando que seja votado em destaque o inc. III do art. 2º ao PLL nº 013/18, com Veto Parcial. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**
O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 013/18, com Veto Parcial.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, vereadoras e vereadores. Eu creio que um dos poucos temas que gera conversão entre extremos opostos de campos ideológicos desta Casa Legislativa é justamente o tema da transparência no serviço público. A transparência já foi alvo de vários projetos de lei, que tive o prazer de votar nesta Casa, alguns deles, inclusive, tendo a parceria do meu partido, o PSOL, com o auxílio do vereador que preside esta sessão agora, Mendes Ribeiro, e com participação também do Ver. Felipe Camozzato. Acredito que a clareza e a transparência devem ser os norteadores para todas as ações das políticas públicas e a prestação do serviço à nossa população. A clareza da destinação dos recursos e do montante arrecadado pela EPTC é fundamental, também, para que possamos planejar as ações feitas em prol da mobilidade urbana e da segurança no trânsito da Capital. Existem alguns recursos que são destinados a áreas específicas, como programas destinados à educação no trânsito, mas que, infelizmente, sem a transparência e a clareza demandadas à aplicação dessas receitas, talvez não sejam efetivados onde deveriam. Portanto, quando na votação do projeto de lei do Ver. André Carús, nos posicionamos favoravelmente a essa iniciativa de lei, e agora vem a esta Casa, novamente, mas na forma de um veto parcial, proveniente do Executivo, justamente uma restrição, uma limitação no que se refere à peça legal que foi criada por este Parlamento. Cabe destacar que todas as falas que me antecederam têm as suas razões, mas, obviamente, não devemos e nem precisamos concordar com tudo que é falado. Eu, particularmente, sou

muito duro, por isso fiz questão em falar em período de discussão, porque não falo em nome do meu partido, falo em meu nome neste momento. Eu acredito que nós deveríamos ser muito duros com relação a infrações e crimes de trânsito. Muito duros! A fragilidade da aplicação de sanções a motoristas infratores ou criminosos é o que garante justamente que esses problemas tenham reincidência. Eu sou favorável à prática – obviamente, de forma infeliz, isso nunca vai se efetivar – de que nós tenhamos uma lombada eletrônica a cada 100 metros, em todas as vias da Capital. Infelizmente, isso não é possível, mas lombadas são equipamentos eletrônicos que demandam recursos e, obviamente, isso nunca se efetivará. Portanto, eu não criminalizo a ação da EPTC, justamente pela nossa incapacidade de garantir, por meios atravessados, que é a punição... Eu acredito que a punição é uma forma atravessada de manter o condutor na linha, cumprindo o que determina a lei, mas, infelizmente, é a aplicação que nós temos ao nosso alcance. Todas as barreiras eletrônicas efetuadas através do radar móvel são identificadas. São identificadas. Há uma metragem específica para colocação de placas informando que ali pode haver controle em algum momento da semana. Portanto, não está desavisado o condutor. E estendendo aqui, já que nós temos vários representantes da área da segurança – temos agora o Ver. Conceição, temos o Rafão, temos a Ver.ª Mônica Leal, que é muito preocupada com relação à segurança pública –, a garantia da impunidade ou a certeza da impunidade é que faz com que os criminosos e infratores tenham a reincidência. É por isso que as nossas políticas públicas são tão fracas no que se refere à garantia da segurança para o cidadão, a segurança também no trânsito, porque há uma quase certeza de impunidade. Com isso nós não podemos concordar. Precisaríamos investir muito mais na pedagogia, na educação, mas também na punição, quando for o caso.

Um grande abraço a todos e continuemos este bom debate.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em votação nominal o destaque do inc. III do art. 2º do PLL nº 013/18, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o projeto por 30 votos **SIM**. Rejeitado o Veto Parcial

Em votação nominal o inc. III do art. 1º do PLL nº 013/18, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o projeto por 34 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

(O Ver. Reginaldo Pujol reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLL nº 096/18, com Veto Parcial. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha pelas galerias, veto nunca é uma coisa tranquila para nós, vereadores, votarmos. Sempre há algum constrangimento, mas faz parte do ofício. E esse veto do prefeito Marchezan eu estou acompanhando, porque ele veta um artigo que põe a obrigação da anuência do conselho na adesão dos postos de saúde. Então, fazemos um projeto para facilitar um recurso novo ao atendimento da população na questão de saúde. No projeto originário eu coloquei que precisaria somente a comunicação ao conselho sobre a parceria. Aí teve uma emenda que obrigava o conselho a autorizar a parceria. Então, é inviável, acho que esse artigo prejudica, atrasa o projeto, interfere na administração do poder público, do Executivo. Então eu acompanho o prefeito no veto parcial a esse projeto Adote a Saúde.
Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 096/18, com Veto Parcial.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas; quero cumprimentar, mais uma vez, o nosso companheiro Ver. Comassetto, que assume hoje politicamente – já estava aqui, mas fez a sua posse política hoje, pela qual o parabenizamos. Vou me ater especificamente à questão da nossa emenda, que trata justamente dessa possibilidade do controle social.

Nós estamos aqui fazendo, Ver. Cecchim, uma mudança profunda na possibilidade de as unidades de saúde terem um financiamento, um aporte, uma participação. Acho que é bom lembrar – e isso me lembra o Ver. Pablo – que não se trata de exploração comercial; pelo menos, o projeto aqui limita essa questão da publicidade.

Mas nós queremos que o Conselho Municipal de Saúde, que é um órgão orgânico, com o perdão da redundância, tenha peso nessa mudança de paradigma dessa política. Então, o financiamento privado é bem-vindo, mas precisa ser regulado e controlado. Não consigo encontrar agora, na primeira olhada, mas o Ver. Mendes Ribeiro tomou esse cuidado, de não fazer das Unidades Básicas de Saúde um lugar de mera exploração comercial, seja de laboratórios, seja de qual ramo da iniciativa privada, vinculada à área médica ou farmacêutica, possa vir a se interessar em contribuir com estrutura, com algum financiamento, não o tornando um posto de saúde de qualquer tipo de iniciativa privada, Ver. Cecchim – sei que o senhor consegue entender, mas quero explicar especificamente o tema.

Quando nós fizemos a emenda, tratamentos de garantir o controle social e a participação do Conselho Municipal de Saúde como um fator determinante dessa mudança de política. Acho que esse é um tema que vale para os outros conselhos. Ontem mesmo, o tema do Conselho Municipal de Cultura – a Letícia está aqui – foi debatido na CECE. E aí é uma opção do prefeito, se ele quer governar com ou se quer ver essas pessoas interessadas em participar da cidade como pessoas que atrapalham a gestão da Cidade. Essa visão de que atrapalha está aí espelhada nos projetos, vou usar o exemplo do projeto de 2019, para o qual, nesta manhã, foi pedida reunião conjunta das Comissões, Ver. Ferronato. O fato de não dialogar antes leva ao acirramento. E aqui nós estamos propondo diálogo com o conselho. Eu diria que não é qualquer conselho; o conselho regularmente se reúne, algum vereador que já pôde participar das reuniões do Conselho Municipal de Saúde sabe o quanto ele é participativo, o quanto as pessoas se envolvem, o quanto contribuem para a melhoria das políticas de saúde do Município – se não me engano, a reunião se dá em algumas quintas-feiras do mês. Eu convidaria os vereadores para participarem da reunião, como observadores, para entenderem o quanto ali se qualificam as políticas municipais no caso das políticas de saúde pública.

Então, nós aqui vamos votar contra o veto, porque entendemos que é fundamental a participação popular através do controle social, não é meramente um lugar para se

escuta; deve ser escutado, Ver. Mendes, mas, se puder influenciar na política, isso não é tirar instrumentos de gestão da Prefeitura. Vejam que nós estamos tratando aqui de um caso de mudança paradigmática, não está aqui se fazendo uma mera adaptação; está se tratando de colocar financiamento privado em postos de saúde, em última análise. Então, fica o convite aqui para os vereadores estarem abertos à participação popular, ao controle social, no caso, aqui, o Conselho Municipal de Saúde. Então pedimos que o veto seja derrubado. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 096/18, com Veto Parcial.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu estranhei, realmente, quando toda a oposição votou a favor do prefeito nos dois projetos passados. Fiquei pensando no que será que está acontecendo. Será o Ver. Adeli Sell o novo líder do governo? Mas vi que não era isso, era apenas um solavanco. Eu acho, Ver. Sagarbossa, que, se tiver alguma iniciativa privada que queira fazer um posto de saúde pelo SUS, em qualquer lugar da Cidade, que o faça e será muito bem-vindo – pelo SUS, que é um direito universal de todo brasileiro. Agora, acho também Ver. Mendes Ribeiro – primeiro, parabéns pelo seu projeto, que foi muito bem pensado, muito bem redigido e preparado, realmente para facilitar -, que se nós engessarmos as coisas, com muitos conselhos, nós não vamos... Sinceramente, para fazer uma UPA ter que ouvir o Conselho da Saúde? E a Câmara de Vereadores? E a legislação municipal? E, certamente, se o Grendene, se o casal Grendene tivesse que consultar esse conselho para doar R$ 40 milhões para um hospital, esse conselho ia dizer que não, porque é de um empresário, porque as mesmas pessoas são contra empresários! Então, acho que não tem que engessar, não; tem que usar os bons exemplos para que a Cidade tenha atendimento médico e de saúde, venha o dinheiro de onde vier. Se a população será atendida universalmente, não tem necessidade de ouvir ninguém, a não ser a consciência das pessoas e daqueles que querem uma coisa legal, transparente e profissionalmente competente para atender à população. O Ver. Oliboni é da área da saúde, certamente ele tem bons argumentos, até para contrapor aos meus, mas eu não posso concordar que se

tranque quem queira investir em saúde, que se tenha que ouvir um conselho que, muitas vezes, entende um pouco de comunidade – pouco! – e entende quase nada de saúde. Então, leis sérias e projetos sérios são bem-vindos. Ver. Mendes Ribeiro, parabéns e, principalmente, meus cumprimentos por trazer aqui bons argumentos para que se aceite o veto parcial, que é aquela parte que complica o projeto, e nós queremos descomplicar e fazer com que a população tenha o direito de ter facilidade, quando se trata, principalmente, da saúde, Ver. Dr. Goulart, que é um brilhante médico dessa área que mais precisa, que é a saúde pública e gratuita. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.ª Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 096/18, com Veto Parcial.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sra. Presidenta, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, a iniciativa do nobre colega Ver. Mendes é louvável na medida em que nós sabemos da dificuldade que existe na área da saúde de poder atender o universo da população da cidade. Isso não exime o governo da sua responsabilidade – o governo tem que ter responsabilidade, sim. O fato de ter uma alternativa, que ora o Mendes apresenta aqui, de uma adoção de um programa, de uma unidade de saúde ou de algo que possa dialogar com amplitude de serviços é bem-vinda. O que, na verdade, o governo municipal vetou nesse projeto foi uma emenda que precisava passar – e o Mendes acompanhou isso desde o início – pelo aval do Conselho Municipal de Saúde. Nós entendemos e sabemos que, desde o início da constituição do Conselho Municipal de Saúde, isso não teve uma boa aceitação, naquela ocasião, porque o próprio secretário municipal de saúde, que, na época, era o professor Erno, foi contra, porque não havia entendimento, por parte de ambas as chapas, de se ter a eleição no Conselho Municipal de Saúde. E o atual conselho se constituiu através de ações que foram encaminhadas ao Ministério Público, na legitimidade de ter o conselho no controle social na saúde em Porto Alegre. Acontece que, para algumas solicitações, alguns projetos, o governo precisa da autorização do Conselho Municipal de Saúde;

Inclusive tem reclamado, quando o conselho não pauta esses assuntos que, ora, precisam de uma deliberação. Agora, achamos estranho que, para essa ocasião, ele não quer saber do Conselho Municipal de Saúde. Creio que não vai prejudicar o projeto do Ver. Mendes Ribeiro, na medida em que ele veta parte, isto é, uma emenda somente, e que, na verdade, vai continuar com a prerrogativa da iniciativa. Então, quero dizer que quem conhece o atual governo não se espanta com a atitude dele. Agora, não podemos, também, prejudicar ou dar prejudicialidade à iniciativa do colega vereador.

Também queria registrar aqui – e eu já conversei com Djedah, que está aqui sempre acompanhando as ações da área da área, com relação ao Posto de Saúde da Ceres, que fica entre a PUC e o Carrefour – que o governo decidiu que vai fechar o posto, porque, segundo ele, não tem condições de continuar o atendimento ali por falta do PCCI. Nem toda a comunidade está de acordo com a transferência do posto lá para o Sanatório Partenon. A comunidade quer discutir um espaço num local da São José, que fica entre a Av. Bento Gonçalves e a Av. Ipiranga, entre a PUC e a Carris. E nós fizemos um apelo ao governo. O nobre Dr. Thiago me ligou, há pouco, para que se encontre uma saída urgente, e nós estamos propondo, sim, uma parte de um instrumento público que tem localizado ali na área, que pode ser utilizado, para essa Unidade de Saúde Ceres. Então, pedimos a compreensão – o Djedah está nos acompanhando nesse sentido –, para que encontremos uma saída definitiva para que a comunidade não fique tão distante. Para quem é jovem, não faz diferença, mas, para quem é idoso, muitas vezes, sem mais a passagem para se deslocar, para retirar o medicamento, fica mais difícil. Então, esse é um apelo ao governo para manter a Unidade de Saúde Ceres funcionando. E vamos, é claro, acompanhar aqui as prerrogativas e sugestões do Ver. Mendes Ribeiro, para não perder o projeto de lei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 096/18, com Veto Parcial.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou ser muito, muito breve, só para dar a seguinte notícia, de 19 de fevereiro deste ano: “Impasse no Conselho Municipal de Saúde inviabiliza R$ 1,5 milhão para Porto

Alegre". Porto Alegre deixou de receber R$ 1,5 milhão dos governos federal e estadual para projetos para atender pessoas em situação de vulnerabilidade social, porque foi encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde em 16 de novembro do ano passado, e até agora não tivemos uma resposta e uma deliberação do Conselho Municipal de Saúde. Então, Ver. Mendes Ribeiro, acolho o encaminhamento de V. Exa. e sugiro a todos a manutenção do veto para impedir que o Conselho Municipal de Saúde, ao agir de forma lenta, como ocorre neste caso, termine por impedir o projeto de ter viabilidade prática, de ser colocado em prática. Se, para receber dinheiro do governo federal e estadual o conselho já foi assim, imaginem os senhores como não será para viabilizar uma parceria com investimentos privados, com empresas privadas na saúde pública do cidadão de Porto Alegre. Quero, sim, dizer que vejo um viés ideológico no conselho, exemplo, como diz o Ver. Wambert, na capital dos *soviets*, quando a esquerda não tem o domínio da Casa, busca o domínio dos conselhos, para assim agir, sim, ideologicamente nos conselhos.

Parabéns pelo veto, que merece ser mantido para evitar que isso volte a ocorrer, porque sabemos do viés ideológico que impedirá as empresas de investirem na saúde do cidadão de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 096/18, com Veto Parcial.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde senhoras e senhores. Eu nem pretendia fazer uso da tribuna para encaminhamento, mas fui instigado pelo colega Ricardo Gomes; dentro das suas linhas liberais tecidas neste microfone, preciso fazer algumas colocações. Quando se fala em "empresas investirem na saúde de Porto Alegre", eu fico imaginando o empresariado maravilhoso jogando o seu dinheiro de forma abnegada para dentro do posto de saúde, querendo salvar o povo pobre da periferia. Que espetáculo – quase chorei! – esse discurso liberal maravilhoso de que o empresário salvador da pátria vai resgatar o nosso povo, tirar a ladroagem! Senhoras e senhores, se há corruptos é porque existem corruptores. Boa parte das relações espúrias que se estabelecem dentro dos espaços de governo são instituídas, justamente, por

empreendedores que visam o lucro a qualquer custo, suprimindo o direito da população à saúde, à educação, ao transporte público de qualidade. Esse discurso pomposo, elegante e cheio de termos rebuscados que a nossa direita festiva neoliberal traz para os parlamentos traz uma maquiagem, um verniz completamente artificial, colocando empresas num pedestal, como se fossem gloriosas e defendedoras da moralidade e da idoneidade na prestação do serviço à população. Eu me sinto envergonhado. Talvez o Ver. Ricardo Gomes não perceba o que acontece no dia a dia do nosso País, do nosso Estado e do nosso Município. As construtoras que prestam serviços terceirizados para todas as obras carcomidas pela corrupção, com seus tentáculos inseridos dentro dos governos. E eu não estou fazendo aqui nenhuma defesa ideológica, eu estou tecendo a realidade do Brasil, da nossa Cidade. Portanto, me poupem desse discurso artificial e destoante da realidade do Brasil. Esse discurso me envergonha! Esse discurso é tão ultrapassado quanto as práticas stalinistas da União Soviética! Tão destoante na realidade, Ver. Ricardo Gomes! O que é um conselho municipal? Ou o que deveria ser? Assim como o orçamento participativo, uma ferramenta de participação do povo! Um espaço decisório e deliberativo da população, com representação da sociedade civil e com participação também do governo! O governo tem acento em todos os conselhos! Todos os conselhos! Muitas vezes, conduzindo as discussões, como é o Comtu, o Comtu é comandado pela Prefeitura para aumentar a passagem! Isso todo mundo sabe, qualquer idiota sabe! O Comtu, Conselho Municipal de Transporte Urbano é comandando pela Prefeitura para aumentar a passagem acima do índice da inflação, todo ano! Para prestar um melhor serviço para o povo de Porto Alegre? Não! Sem ar condicionado, passagem cara, o transporte público está se tornando elitizado! E o conselho, que deveria delibar, discutir e lutar pelo direito da população, que anda de ônibus, que usa o transporte público não pode opinar! Agora nós temos aqui um conselho importante, como é o conselho da saúde, sendo atacado. Não pode ser um órgão, não pode ser um órgão decisório, um órgão que tenha efetividade no controle das políticas públicas, não pode exercer o seu papel democrático e republicano de controlar as parcerias que a Prefeitura vai assinar.

Portanto, se é necessário um maior controle, e nós acreditamos que, sim, a sociedade deve participar, a sociedade deve se inteirar e a sociedade deve decidir que o Conselho

Municipal de Saúde seja peça fundamental nas análises desses processos, porque, senão, vai ser troca de favores com os amiguinhos do rei. Um grande abraço a todos.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal o PLL nº 096/18, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o projeto por 7 votos **SIM**; 23 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.
Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.)
Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (17h10min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Cassio Trogildo (PTB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Sete vereadores presentes. Não há quórum.
Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h14min.)